

Deputado tenta anular ato de Cristovam

15 AGO 1997

Francisco Stuckert / 10.8.95

José Edmar, do PMDB, quer invalidar decreto que parcela área da invasão da Estrutural

SAMANTA SALLUM

Se a área ocupada hoje pela invasão da Estrutural não pode ser dos invasores, também não será de mais ninguém. Esse, agora, é o objetivo do deputado José Edmar (PMDB), que está empenhado em travar uma nova batalha entre o Legislativo e o Executivo. O deputado entrou, ontem, com um recurso na Câmara Legislativa para anular o decreto, assinado pelo governador Cristovam Buarque no dia 14 de julho e que aprova o parcelamento da área destinada ao Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA). Edmar está furioso porque a área de 341 hectares abrange o local ocupado hoje pela invasão.

O deputado alega que é de competência do Legislativo a destinação de áreas para fins específicos. Segundo ele, o governo desrespeitou o parágrafo 9º, artigo 58, da Lei Orgânica. De acordo com o artigo, é atribuição da Câmara apreciar matérias referentes ao planejamento, controle, uso, parcelamento e ocupação do solo e também as mudanças de destinação de áreas urbanas.

Arma - "Eles estão tirando a terra do povo para dar a empresários. E aproveitaram para fazer isso na hora em que a Câmara estava em recesso. Foi um desrespeito à Casa", reclama Edmar. A arma do deputado para tentar anular o decreto do governador é um projeto de decreto legislativo (PDL). Ele deve ser votado na Comissão de Constituição e Justiça e, caso



Edmar: "Eles estão tirando a terra do povo para dar a empresários"

aprovado, segue para a apreciação em plenário.

O líder do governo na Câmara, deputado Wasny de Roure, não acredita que o deputado terá sustentação parlamentar para aprovar o decreto legislativo. "Com esse recurso, ele quer apenas alimentar um processo de desgaste político. Ele precisa entender que a população já aprovou a remoção dos invasores da Estrutural. Não acredito que os deputados concordem com Edmar".

Já o líder do PMDB, deputado Tadeu Filippelli, sai em defesa do colega e garante que Edmar terá os onze votos de seu partido favoráveis ao seu PDL. "Ele pode contar conosco e até com alguns governistas. Ele tem razão de entender que o governo acirrou sua ação contra a Estrutural porque tem compromisso maior com os empresários, traíndo o discurso do PT".

O consultor jurídico do governo, Melillo Diniz, critica a atitude de Edmar. "Infelizmente, alguns deputa-

dos não conhecem a função de um decreto legislativo e o utilizam como instrumento político. Isso é inaceitável". Segundo Melillo, o decreto legislativo tem o objetivo de determinar ações internas da Câmara e corrigir algum excesso regulamentador do governador. "Mas este não é o caso. Nossos decretos são extremamente legais".

Recurso - O assessor ainda lembra que, se o decreto legislativo for aprovado, o governo ainda poderá recorrer para manter a sua medida através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O projeto do SCIA está sendo desenvolvido pela Terracap, que prevê para outubro o lançamento do edital de licitação pública de 46 lotes na área da Estrutural. Eles serão destinados à indústria, comércio e serviços de pequeno porte. Parte dos terrenos será vendida e a outra será destinada aos programas de estímulo ao desenvolvimento econômico, como o Pades e o Prodecon.